

AS ASSIMETRIAS REGIONAIS CONTINUAM A SER ENORMES EM PORTUGAL CONTRIBUINDO PARA O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Um dos problemas mais graves do país que está a ser ignorado são as graves assimetrias existentes entre as diferentes regiões as quais, por um lado, determinam que portugueses vivendo no mesmo país (o seu) tenham condições de vida muito diferentes e, por outro lado, levam a desertificação de muitas regiões já que provocam a deslocação das suas populações para as regiões litorais (*onde se tem concentrado a maior parte do pouco desenvolvimento*) causando a estas graves problemas (a nível de infra-estruturas, habitação, transportes, etc.). Estas assimetrias contribuem para agravar as desigualdades sociais (*o Grande Porto e a Grande Lisboa com apenas 31,6% da população detêm 41,2% do poder de compra do país*). Observe-se o quadro 1(INE)

Quadro 1-Assimetrias e desigualdades regionais em Portugal – 1995/2012

REGIÕES	1995	2007	2010	2011	2012	% de PORTUGAL		% de Lisboa
PORTUGAL	VALORES					1995	2011/12	2011
PIB - Milhoes euros	87.841	169.319	172.860	171.126	165.108	100,0%	100,0%	
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante - Euros	6.291	10.858	11.603	11.457		100,0%	100,0%	77,3%
Emprego - Milhares	3.725	4.381	4.248	4.191	3.987	100,0%	100,0%	
Remunerações dos empregados - Milhões €	42.193	82.861	86.814	85.160		100,0%	100,0%	
Remuneração mensal por empregado - euros	809	1.351	1.460	1.451		100,0%	100,0%	82,4%
NORTE	VALORES					% de Portugal		% de Lisboa
PIB - Milhoes euros	26.183	47.385	48.836	48.675	47.430	29,8%	28,7%	77,5%
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante - Euros	5.621	9.260	9.931	9.712		89,3%	84,8%	65,6%
Emprego remunerado - Milhares	1.278	1.448	1.384	1.371		34,3%	32,7%	
Remunerações dos empregados - Milhões €	12.574	23.676	24.708	24.355		29,8%	28,6%	
Remuneração mensal por empregado - euros	703	1.168	1.275	1.269		86,9%	87,4%	72,0%
CENTRO	VALORES					% de Portugal		% de Lisboa
PIB - Milhoes euros	16.991	31.745	32.109	31.629	30.329	19,3%	18,5%	49,5%
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante - Euros	5.781	9.721	10.396	10.189		91,9%	88,9%	68,8%
Emprego remunerado - Milhares	739	883	844	832		19,8%	19,9%	
Remunerações dos empregados - Milhões €	7.308	15.022	15.508	15.189		17,3%	17,8%	
Remuneração mensal por empregado - euros	707	1.216	1.313	1.304		87,3%	89,8%	74,0%
LISBOA	VALORES					% de Portugal		% de Lisboa
PIB - Milhoes euros	31.462	62.668	64.300	63.572	61.226	35,8%	37,1%	
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante - Euros	7.660	13.973	14.772	14.815		121,8%	129,3%	
Emprego remunerado - Milhares	1.192	1.380	1.380	1.357		32,0%	32,4%	
Remunerações dos empregados - Milhões €	16.802	32.144	34.177	33.461		39,8%	39,3%	
Remuneração mensal por empregado - euros	1.007	1.664	1.768	1.761		124,4%	121,4%	
ALENTEJO	VALORES					% de Portugal		% de Lisboa
PIB - Milhoes euros	6.221	11.313	11.252	11.090	10.660	7,1%	6,5%	17,4%
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante - Euros	6.079	10.091	11.046	10.776		96,6%	94,1%	72,7%
Emprego remunerado - Milhares	223	278	264	260		6,0%	6,2%	
Remunerações dos empregados - Milhões €	2.369	4.908	5.021	4.930		5,6%	5,8%	
Remuneração mensal por empregado - euros	759	1.262	1.360	1.354		93,8%	93,3%	76,9%
ALGARVE	VALORES					% de Portugal		% de Lisboa
PIB - Milhoes euros	3.377	7.542	7.302	7.152	6.922	3,8%	4,2%	11,3%
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante - Euros	7.135	11.852	12.243	11.912		113,4%	104,0%	80,4%
Emprego remunerado - Milhares	135	191	178	175		3,6%	4,2%	
Remunerações dos empregados - Milhões €	1.334	3.271	3.273	3.200		3,2%	3,8%	
Remuneração mensal por empregado - euros	707	1.225	1.314	1.309		87,4%	90,2%	74,3%
RA AÇORES	VALORES					% de Portugal		% de Lisboa
PIB - Milhoes euros	1.684	3.549	3.743	3.714	3.569	1,9%	2,2%	5,8%
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante - Euros	5.527	10.657	11.626	11.606		87,9%	101,3%	78,3%
Emprego remunerado - Milhares	70	94	92	92		1,9%	2,2%	
Remunerações dos empregados - Milhões €	791	1.771	1.863	1.839		1,9%	2,2%	
Remuneração mensal por empregado - euros	804	1.351	1.442	1.428		99,3%	98,4%	81,1%
RA MADEIRA	VALORES					% de Portugal		% de Lisboa
PIB - Milhoes euros	1.859	5.047	5.207	5.141	4.812	2,1%	2,9%	7,9%
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante - Euros	6.167	11.393	12.276	12.249		98,0%	106,9%	82,7%
Emprego remunerado - Milhares	81	108	103	101		2,2%	2,4%	
Remunerações dos empregados - Milhões €	883	2.015	2.122	2.067		2,1%	2,4%	
Remuneração mensal por empregado - euros	783	1.338	1.472	1.469		96,7%	101,2%	83,4%

FONTE : Contas Regionais - 1995-2012 - INE

A antepenúltima e penúltima colunas à direita do quadro permitem conhecer, utilizando vários indicadores, qual o peso (importância) de cada região em relação ao país, assim como a evolução verificada no período 1995- 2011/2012. A última coluna do quadro 1 à direita contém os valores (em percentagem) que se obtiveram calculando o “peso” de cada região, relativamente à região de Lisboa, que é a região mais desenvolvida, para se saber se assimetrias das outras regiões do país em relação a esta se agravaram ou diminuíram. E as conclusões que se tiram são claras e preocupantes.

Entre 1995 e 2011/2012, a região Norte e a região Centro viram a sua posição agravar-se em termos nacionais, já que o PIB destas regiões somado diminuiu, em percentagem do PIB nacional, de 49,2% para 47,2%, enquanto o da região de Lisboa aumentou de 35,8% para 37,1% do PIB do país. Se analisarmos o rendimento disponível das famílias por habitante concluímos que, entre 1995 e 2011, em percentagem do nacional, ele diminuiu na região Norte de 89,3% para 84,8% e, na região Centro, de 91,9% para 88,9%, enquanto na região de Lisboa ele aumentou de 121,8% para 129,3% (*por outras palavras, em 2011, o rendimento disponível das famílias por habitante era, em relação à média nacional, superior em 29,3% na região de Lisboa, enquanto na região do Norte era inferior em 10,7%, e na região Centro era inferior em 8,1%*). Na região Norte registou-se também neste período (1995/2011) uma diminuição, em relação ao verificado a nível do país, tanto do emprego remunerado como do volume de remunerações pagas na região. O Alentejo é também uma região que, em termos de produto (PIB), viu o seu peso (importância) reduzir-se em termos nacionais (*entre 1995 e 2012, passou de 7,1% para 6,5% do PIB nacional*). As regiões em que a sua contribuição para o PIB nacional aumentou, entre 1995 e 2012, foram o Algarve (passou de 3,8% para 4,2%); Açores (aumentou de 1,9% para 2,2%), e Madeira (*subiu de 2,1% para 2,9%*).

A última coluna à direita do quadro 1, permite comparar as várias regiões do país, utilizando vários indicadores (PIB, rendimento disponível das famílias por habitante, remuneração mensal), com os valores de Lisboa. E a conclusão que se tira é que, em 2011/2012, o PIB da região Norte correspondia a 77,5% do PIB da região de Lisboa; o da região Centro a 49,5%; o da região do Alentejo a 17,4%; o do Algarve a 11,3%; o dos Açores a 5,8%, e o PIB da Madeira representava 7,9% do de Lisboa. Situação muito semelhante se verifica em relação ao rendimento disponível das famílias e à remuneração média mensal. O rendimento disponível das famílias por habitante da região Norte corresponde apenas a 65,6% do da Região de Lisboa, e a remuneração mensal média a 72% da remuneração mensal da região de Lisboa. As distorções e os desequilíbrios são enormes no nosso país.

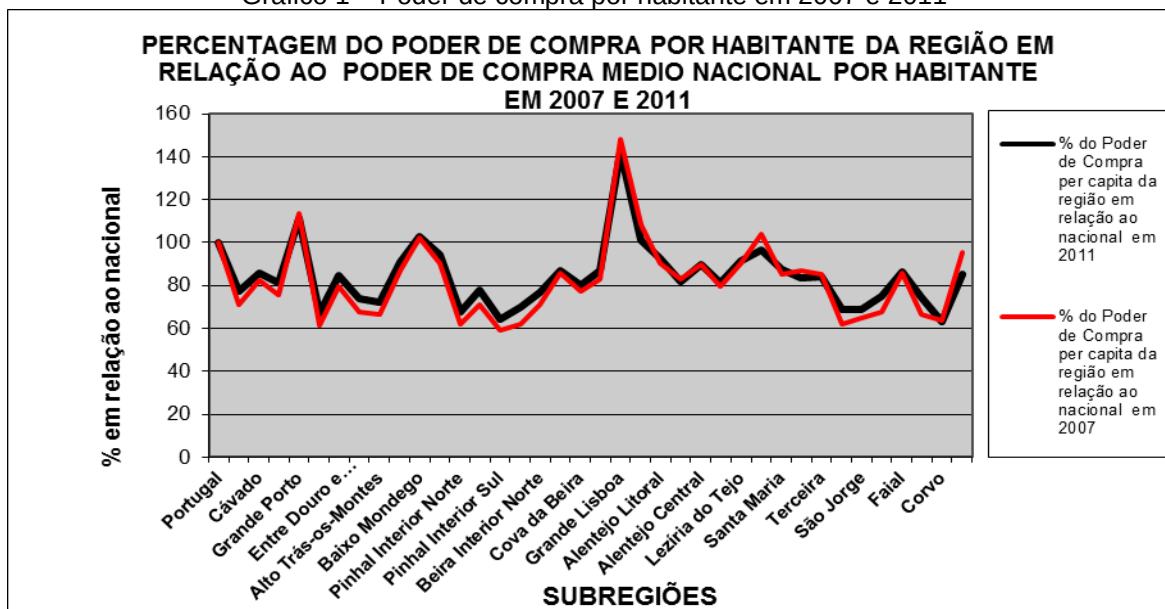
Estes dados do INE revelam a persistência e mesmo o agravamento das assimetrias e desigualdades entre as diferentes regiões do país as quais estão a aumentar, não só como consequência de uma política de austeridade recessiva e injusta que está atingir principalmente as classes médias e baixas da população e, nomeadamente, as populações das regiões menos desfavorecidas, mas também está a causar a multiplicação de falências de empresas que lançam no desemprego milhares de trabalhadores (ex. ENVC), em regiões onde não há praticamente criação de emprego, e as desigualdades regionais estão a aumentar também devido ao fecho de muitos serviços públicos (centros de saúde e serviços hospitalares, escolas, tribunais, serviços de finanças, correios, etc.). Esta situação, que é já muito grave, poderá ser ainda agravada pelos programas comunitários para o período 2014-2020, que devido às prioridades definidas pelo atual governo, serão orientados fundamentalmente para as grandes empresas e para as empresas que exportam, para o aumento da competitividade e internacionalização, e não para o combate às assimetrias regionais, ao crescimento económico equilibrado sustentado, e à criação de emprego.

AS DESIGUALDADES A NÍVEL DE CONCELHOS SÃO MUITO GRANDES E NÃO TÊM DIMINUÍDO

Uma análise mais fina, revela desigualdades ainda maiores entre concelhos determinando condições de vida para as populações muito diferentes mesmo de concelho para concelho. Para fazer essa análise vamos utilizar os últimos dados divulgados pelo INE sobre o “Indicador per capita” (*percentagem que o poder de compra medio de um habitante de cada concelho representa em relação ao poder compra per capita nacional*), e a percentagem que o poder de compra de cada concelho representa em relação ao poder de compra nacional. São dois indicadores que dão uma ideia clara e quantificada das condições de vida das populações dos concelhos do país.

O gráfico 1 mostra qual é posição relativa dos diferentes conjuntos de concelhos em relação ao poder de compra per capita (por habitante) do país e como ele evoluiu entre 2007 e 2011.

Gráfico 1 – Poder de compra por habitante em 2007 e 2011

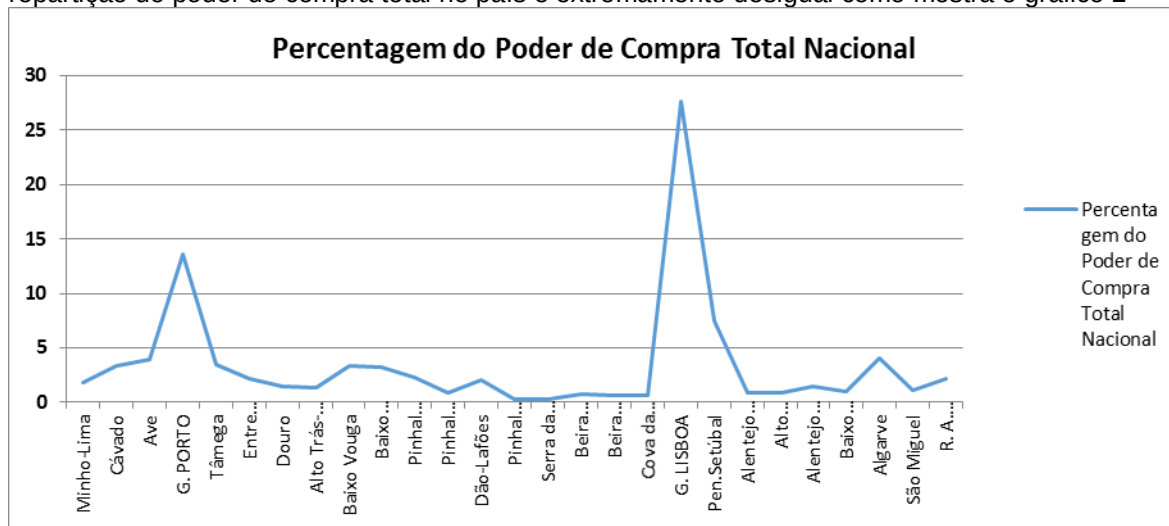


Como mostra o gráfico1 as disparidades de poder de compra entre as diferentes conjuntos de concelhos continuavam a ser enormes em 2011, variando entre 140% e 61% do poder de compra médio do país. Uma análise mais fina, com dados do INE, mostra que as disparidades do poder de compra entre os concelhos mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos são muito grandes.

Quadro 2 – Poder de compra por habitante de 20 concelhos do país - 2011

CONCELHOS (os mais desenvolvidos)	Poder de compra por habitante em % do poder de compra médio nacional	CONCELHOS (os menos desenvolvidos)	Poder de compra por habitante em % do poder de compra médio nacional
Lisboa	216,88	Monchique	53,93
Oeiras	193,70	Câmara de Lobos	53,07
Porto	161,65	Porto Moniz	52,94
Sines	136,96	Ponta do Sol	52,88
Faro	133,07	Boticas	52,64
Cascais	132,01	Baião	52,63
Coimbra	131,69	Vinhais	51,33
São João da Madeira	129,86	Tabuaço	50,93
Aveiro	126,68	Ribeira de Pena	50,80
Matosinhos	124,35	Celorico de Basto	49,83

O poder de compra médio de uma habitante de Lisboa é cerca de 4,3 vezes superior ao poder de compra médio de uma habitante de Celorico de Baixo. Como consequência destas disparidades a repartição do poder de compra total no país é extremamente desigual como mostra o gráfico 2



Só o Grande Porto e a Grande Lisboa concentram 41,2% do poder de compra total do país apesar de terem apenas 31,6% da população portuguesa.

Eugénio Rosa – Economista – edr2@netcabo.pt – 16-3-2014